

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BENEFÍCIOS E DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Aline Queiroz Ferreira¹
Magalí de Paula Silva Santana²

psicomagalisantana@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

De acordo com a Associação Psiquiátrica Americana, o Transtorno do Espectro Autista é uma síndrome neuropsiquiátrica, na qual, há manifestações comportamentais acompanhadas de déficits de interação social e comunicação, padrões de comportamento repetitivos e estereotipados e repertório restrito de interesses e atividades. O objetivo desse artigo consiste em entender e aprofundar o conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar, valorizando os benefícios e conhecendo os desafios dessa inclusão no ambiente escolar. Para a elaboração deste trabalho, o tipo de pesquisa escolhido foi a pesquisa qualitativa, utilizando o método de observação. Os resultados apontam para a importância de se discutir questões como a forma como a criança se desenvolve após sua inserção no ambiente escolar, tanto em questões cognitivas, motoras e intelectuais, quanto no processo de socialização. Constatou-se que as crianças no espectro, que frequentam a escola regularmente, têm um bom desenvolvimento no quesito de aprendizagem e que a escola é uma influência positiva para os alunos atípicos. Foi evidenciada certa dificuldade na forma como os professores lidam com esses estudantes, por muitas vezes não conhecerem o quadro e não apresentarem formação específica para esta atuação profissional. O processo de inclusão vai muito além de uma simples inserção da criança autista no ambiente escolar e para haver, de fato, uma melhoria referente a forma de se trabalhar e conhecer o aluno, necessita-se de um preparo por parte dos educadores, além de um trabalho mútuo entre os responsáveis na escola e a família da criança.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão; ambiente escolar; autismo; TEA; transtorno do espectro autista.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Associação Psiquiátrica Americana (APA, 2013), o transtorno do espectro autista (TEA) é uma síndrome neuropsiquiátrica, na qual, há manifestações comportamentais acompanhadas de déficits de interação social e

¹ Acadêmica do 6º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice - Univértix-Matipó/MG.

² Psicóloga, psicopedagoga e professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice – Univértix - Matipó/MG.

comunicação, padrões de comportamento repetitivos e estereotipados e repertório restrito de interesses e atividades. Devido a classificação atual do TEA, ultrapassando o entendimento do transtorno subdividido em categorias que incluem a si mesmo, fica claro o amplo espectro de variação sintomática.

De acordo com o Manual de Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-5), os primeiros sintomas de autismo vão surgir na primeira infância, onde há limitação e prejuízos no funcionamento da criança. A pessoa com o Transtorno do Espectro Autista apresenta dificuldades em habilidades comunicativas e na interação em sociedade, além de comportamentos onde há restrições nas atividades e interesses (APA, 2013).

Existem vários níveis do transtorno em que a pessoa pode estar situada, desde o mais severamente acometido, ou nível três de gravidade, havendo necessidade de apoio substancial, até o menos acometido, ou nível um de gravidade, com pouca necessidade de apoio (APA, 2013).

No Brasil, o direito de matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares é assegurado por lei, desde a Constituição de 1988, onde se estabeleceu: o direito a escolarização de toda e qualquer pessoa, a igualdade de condições que visassem acesso e permanência na escola e a garantia de atendimento educacional especializado aos deficientes, de preferência na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

No campo educacional, pesquisas sobre a inclusão de alunos com TEA no Brasil manifestam uma realidade desafiadora para a efetivação deste processo (Gomes e Mendes, 2010). As matrículas de pessoas com TEA cresceram consideravelmente nos últimos anos nas escolas regulares (Nunes, Azevedo e Schmidt, 2013; Brasil, 2019).

Segundo Tessaro *et al.*, (2005), a efetivação da prática inclusiva acontece desde que se compreenda a complexidade do referente processo, que demanda muito investimento e comprometimento, principalmente dos órgãos governamentais.

A escolha do tema, tem como justificativa o número crescente de casos de crianças com TEA, bem como os frequentes casos de desconhecimento de formas de lidar por parte professores para com essas crianças.

O objetivo desse artigo consiste em entender e aprofundar o conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar, valorizando os benefícios e conhecendo os desafios dessa inclusão no ambiente escolar.

Trabalhos como este são importantes, tanto para agregar conhecimento, quanto para retratar problemas, dificuldades, que diversos alunos vivenciam no seu dia a dia, além de retratar práticas de inclusão para amenizar ou reduzir significativamente certos entraves.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ser humano é um ser social por natureza e o seu desenvolvimento relaciona-se à qualidade das interações sociais que ele experimenta. As interações sociais com pessoas significativas, em geral os pais e familiares, são o centro do desenvolvimento social da criança. Contudo, a importância das interações para o desenvolvimento social da criança não se restringe ao contexto familiar. A interação com pares é de extrema importância para o desenvolvimento infantil saudável, onde, se desenvolvem formas específicas de cooperação, competição e intimidade (Hartup, 1992, 1996; Mathieson & Banerjee, 2010).

Vygotsky pode ser considerado como um dos pioneiros na proposição de práticas que visam a inclusão. Em sua obra sobre “defectologia”, realizou-se estudos comparativos acerca do desenvolvimento incluindo crianças com e sem necessidades especiais, tendo como princípio a tese de que as leis que regem o desenvolvimento dessas crianças eram essencialmente as mesmas. O estudioso defendia a escola inclusiva e a não separação social dessas crianças, ainda que reconhecesse o valor e a importância da educação especial (Mombberger, 2007).

O planejamento do atendimento à criança com autismo deve ser organizado de acordo com o desenvolvimento dela. Em crianças pequenas, as prioridades devem ser a fala, a interação social, a linguagem e educação entre outros, que podem ser considerados instrumentos importantes para promoção da inclusão da criança com autismo (Bossa 2006).

Segundo Kupfer (2004), deve-se desenvolver uma mudança na representação social sobre a criança com autismo, sendo importante que a escola e o professor estejam baseando sua prática a partir da compreensão dos diferentes

aspectos relacionados a esse tipo de transtorno, além de suas características e as implicações para o desenvolvimento infantil.

De acordo com Fortes e Filho (2006), vários profissionais obtiveram certo “medo” de atuar com o sujeito com autismo, quer seja pelo desconhecimento sobre a condição autista em si ou por defrontarem-se diariamente com a possibilidade de não conseguir respostas diante de uma intervenção pedagógica com tal aluno. Assim, algumas crianças que precisam de auxílio individualizado, como no caso de TEA com nível de suporte maior, passam a ser acompanhadas por um mediador no contexto escolar. Esse acompanhamento, geralmente, também é orientado por profissionais que observam esse aluno fora da escola, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, médicos, entre outros (Mousinho *et al.*, 2010).

Segundo Lago (2007), apesar dos relatos dos educadores acerca da superação dos desafios do dia-a-dia e reclamações sobre o processo de formação afim de trabalhar com crianças autistas, existem diversas experiências com resultados positivos com as crianças que vão a escola regularmente. Os professores reforçam uma melhora quando se trata de aquisição de conhecimento quando inseridos na escola.

A inclusão escolar no Brasil passa por desafios relacionados a fatores sociais, econômicos, históricos e culturais. Uma sociedade complexa, contraditória e individualizada será influente no modo como as instituições funcionam. Portanto, se ainda existem práticas excludentes, são porque as pessoas não contribuem para o processo de inclusão, uma sociedade justa, solidária, nem procuram superar as contradições (Macedo *et al.*, 2014).

3 METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho, o tipo de pesquisa escolhido foi a pesquisa qualitativa. Conforme Martins e Souza (2004), a pesquisa qualitativa é delineada como aquela que privilegia a análise de microprocessos, pelos estudos das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo de dados, e caracterizada pela discordância de posição ortodoxa no momento da análise.

Este estudo nasce de uma experiência de estágio supervisionado básico em Psicologia na interface com a Educação. A pesquisa foi realizada em uma escola de

ensino fundamental da zona urbana de um pequeno município no interior de Minas Gerais. O município conta com aproximadamente 8 mil habitantes.

O estágio ocorreu em 10 encontros de 4 horas cada um. Teve início em 28 de fevereiro de 2024 e terminou em 16 de maio de 2024. A escola observada conta com 13 salas, 7 banheiros, 1 sala de reunião, 1 sala de coordenação, 1 refeitório e 1 biblioteca. Além disso tem uma quadra poliesportiva grande, coberta, com banheiros feminino e masculino. A equipe pedagógica é composta por 1 diretora, 1 vice-diretora, 4 auxiliares na secretaria, 2 bibliotecárias, 42 professoras, 2 supervisoras, 4 monitoras, 3 porteiros e 21 serviçais. Há uma média de 16 alunos por sala. A escola contém um pátio com espaçamento grande para as crianças brincarem, explorarem toda a criatividade e se socializarem.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde buscou-se referências sobre o tema, relacionando-o com os encontros, que totalizaram 40 horas de observações realizadas durante o Estágio Supervisionado Básico no campo educacional.

Para a fundamentação do trabalho foi consultada a base de artigos da Scielo. Segundo Rother e Terezinha (2007), os artigos de revisão, bem como outras categorias de artigos científicos, são uma forma de pesquisa que utilizam de fontes de informações bibliográficas e eletrônicas para trazer resultados de pesquisa de outros autores, tendo como finalidade, fundamentar teoricamente um determinado objetivo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período de estágio, nas observações realizadas na escola, priorizou-se a turma do segundo ano, na qual havia 2 crianças com TEA. Segundo Lemos *et al.* (2016), a escola é um novo meio de estimulação para a criança com TEA, pois permite a ampliação do seu contexto de interações sociais, contribuindo para seu desenvolvimento. O processo de inclusão escolar tem sido apontado por profissionais de variadas áreas, pois verificou-se a importância de estimular de forma precoce, as habilidades da criança, assim como proporcionar a interação social da criança.

O ensino de crianças com TEA se torna complexo em decorrência das dificuldades derivadas do próprio quadro, envolvendo déficits nas áreas comportamentais, de socialização e comunicação (Pimentel, Fernandes, 2014).

Foi observado que as crianças com TEA apresentam certas dificuldades no contexto escolar observado. Entre elas, a dificuldade de pertencer e participar das brincadeiras de forma adequada. Elas demandam um acompanhamento mais atencioso e cuidadoso. As pessoas responsáveis por esse cuidado na escola parecem não estar devidamente capacitadas para tal e, infelizmente, em muitos momentos, esse cuidado e acompanhamento mais específico não aconteceu.

A inclusão de um aluno com TEA envolve a necessidade da construção de vínculo do professor para com os alunos, além de entender como é a relação entre eles, para assim, elaborar estratégias de ensino que visem a aprendizagem da classe. Vale ressaltar que necessita da interação de todos os alunos (Favoreto, Lamônica, 2014).

Souza (2015) enfatiza o despreparo e falta de compreensão por parte dos professores, quando se trata da proposta de inclusão nas escolas. Necessita de uma melhor formação e melhores condições no ambiente de trabalho.

A urgência de formação continuada focada em necessidades específicas dos professores, em relação ao trabalho pedagógico diário com alunos com autismo, é evidenciada pelo contingente de professores em exercício da profissão cuja formação ocorreu antes de 2008, quando a implementação e discussão de práticas inclusivas ganha força nas escolas e nos cursos de formação de professores a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Antes disso, tais questões não eram sequer consideradas e mencionadas na formação do professor do ensino comum, vez que a educação da pessoa com deficiência restringia-se ao campo da Educação Especial. A própria produção acadêmica e científica nessa área ganha força a partir das elaborações das políticas inclusivas (Nascimento; Cruz; Braun, 2017).

Por mais inclusivo que o professor se esforce pra ser, ele não consegue realizar tal feito sozinho, necessita do suporte do meio escolar e social, bem como do preparo técnico adequado. Todavia, ainda falta muito para se ter uma educação inclusiva de qualidade, já que muitos veem a pessoa com TEA como um obstáculo e o processo inclusivo como perda de tempo (Silva e Arruda, 2014).

O termo inclusão, em tese, é muito bonito, mas trata-se de um processo complexo de lidar, pois nem todos os profissionais estão capacitados e preparados.

Envolve mudar paradigmas e formas de enxergar o mundo e a diversidade entre as pessoas. Contudo, se houver empenho e dedicação, além da união da equipe multidisciplinar, será menos conturbado e mais proveitoso, além de gerar mais resultados satisfatórios.

Contudo, antes de serem crianças com necessidades especiais, elas são crianças com sentimentos e sonhos. Elas precisam de cuidado, afeto, proteção, e acima de tudo igualdade. Todos tem a possibilidade de aprender, independente de suas dificuldades e particularidades. Crianças especiais devem ser vistas, acima de tudo, como crianças (Silva e Arruda, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo aborda os benefícios e desafios da inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, destacando a importância desse ambiente para a socialização, desenvolvimento cognitivo, intelectual e emocional das crianças. A escolha do tema foi motivada por observações durante o estágio realizado.

O objetivo deste estudo foi aprofundar o conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar, reconhecendo os benefícios e compreendendo os desafios dessa inclusão. Constatou-se que a inclusão no ambiente escolar visa melhorar a qualidade de aprendizado, promovendo a socialização e buscando igualdade nas salas de aula, reduzindo discriminações.

Identificaram-se vários obstáculos que dificultam a inclusão, como a rotatividade de professores de apoio, crucial para o desenvolvimento das crianças com TEA devido à necessidade de estabelecer vínculos de confiança.

A capacidade dos professores em lidar com alunos autistas não está relacionada apenas à sua habilidade pessoal, mas também à sua formação. Muitos profissionais não foram preparados para esse papel, já que o autismo era pouco compreendido em sua época de formação.

Além da preparação acadêmica, a sociedade influencia significativamente, pois a cultura de discriminação e falta de aceitação do que é diferente ainda persiste. Para superar esses desafios, é essencial que os profissionais escolares trabalhem em colaboração, desenvolvendo projetos para capacitar melhor os professores e demais funcionários, promovendo práticas de ensino mais eficazes que garantam o progresso e aprendizado dos alunos autistas.

A inclusão é crucial para o desenvolvimento das crianças, sendo fundamental adotar uma abordagem sensível às suas necessidades para criar um ambiente escolar acolhedor e harmonioso.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders** (DSM-V). 5. ed. Washington (DC): American Psychiatric Association, 2013.

Associação Psiquiátrica Americana. **Transtorno do espectro do autismo** [ficha técnica]. Associação Psiquiátrica Americana. 2013. Disponível em: <http://www.dsm5.org/Documents/Autism%20Spectrum%20Disorder%20Fact%20Sheet.pdf> Acesso em 26 abr. 2024.

BOSA, C. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. v. 28. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462006000500007&script=sci_arttext . Acesso em 26 abr. 2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.

BRIDI, F. R. S.; FORTES, C. C.; BRIDI FILHO, C. A. Educação e autismo: as sutilezas e as possibilidades do processo inclusivo. In: ROTH, B. W. (Org.) **Experiências educacionais inclusivas: Programa de educação inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experiencias%20inclusivas.pdf> Acesso em 10 mai. 2024.

FAVORETTO, N.C.; LAMÔNICA, D.A.C. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 20, n. 1. p.103-116. 2014.

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 16, n. 3, p. 375, dez. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000300005> Acesso em 10 mai. 2024.

KUPFER, M. Pré-escola terapêutica Lugar de Vida: um dispositivo para o tratamento de crianças com distúrbios globais do desenvolvimento. In: MACHADO, A.; SOUZA,

M. (Org.). **Psicologia Escolar**: em busca de novos rumos. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LAGO, M. **Autismo na escola**: ação e reflexão do professor. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.

LEMOS, E. L. M. D.; SALOMÃO, M. N. R.; AQUINO, F. S. B.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. **Revista de Psicologia**, 28(3), 351-361, 2016.

MACEDO, M. C. *et al.* Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 179-189, abr./jun. 2014

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa [online]. 2004, v. 30, n. 2, p. 289-300. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>>. Acesso em 29 mar. 2024.

MOMBERGER, M. M. **Inclusão no ensino superior**: itinerários de vidas de acadêmicos com necessidades educacionais especiais. 2007. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MOUSINHO, R. *et al.* Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo: Associação Brasileira de Psicopedagogia, v. 27, n. 82, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010 &lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 2 maio 2024.

NASCIMENTO, F F. CRUZ, M M.; BRAUN, P. Escolarização de pessoas com transtorno do espectro do autismo a partir da análise da produção científica disponível na **Scielo- Brasil** (2005-2015). *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v.24, n.125, 2017.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 47, set.-dez. 2013. <https://doi.org/10.5902/1984686X10178>»<https://doi.org/10.5902/1984686X10178>" Acesso em: 2 maio 2024.

PIMENTEL, A.G.L.; FERNANDES, F.D.M. A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. **Audiology: Communication Research**, v.19, n. 2, p. 171-178, 2014.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem [online]. 2007, v. 20, n. 2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>. Acesso em 07 abr. 2024.

SILVA, A. P. M., & ARRUDA, A. L. M. M. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v.5, n.1, p. 1-29. 2014. Disponível em https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf. Acesso em 10 mai. 2024.

SOUSA, M. J. S. **Professor e o autismo**: desafios de uma inclusão com qualidade. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil.

TESSARO, N. S. *et al.* Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 105-115, jun. 2005.